



1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

A Serseguro - Corretor de Seguros, Lda (adiante apenas referida por Serseguro ou Empresa), com sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 28 D - 1000-017 Lisboa, com escritórios em Mem Martins, Massamá, Parede, Évora, Almancil e Castelo Branco, iniciou a sua atividade em 24 de novembro de 2006 e tem como principal atividade económica a mediação e corretagem de seguros de vida e não vida.

Em 1 de fevereiro de 2018, passou a sociedade corretora de seguros, categoria estabelecida pela entidade reguladora deste sector ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ex: Instituto de Seguros de Portugal).

É do entendimento da Gerência que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas em euros.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas:

- Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto;
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 1565/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código das Contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras).



De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao conhecimento, mensuração e divulgação, em prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando o modelo das demonstrações financeiras previstas no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e a sua apresentação assentou nos seguintes pressupostos:

Continuidade;

Regime de acréscimo (periodização económica);

Consistência na apresentação;

Materialidade e agregação;

Não compensação; e

Informação comparável.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

i) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, de uma forma consistente de período a período.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados e do exercício e dos exercícios seguintes.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.



ii) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição e amortizados linearmente e pelo período de vida útil estimado.

A avaliação de imparidade do ativo intangível é efetuada anualmente procedendo-se regularmente a avaliações de imparidade dos mesmos, ocorrendo o seu desreconhecimento sempre que dessas avaliações decorre que o mesmo não cumpre com os requisitos de reconhecimento como ativo nem como ativo intangível.

iii) Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o presente dos fluxos de caixa futuros estimados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidades é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados.



Contudo, a reversão de perdas por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

iv) Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existiram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas da sociedade e nem houve conhecimento de quaisquer erros ou omissões, após a data de balanço.

v) Locações

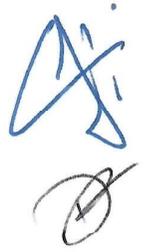
As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma de contrato.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos Obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Os pagamentos de locação operacionais são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

vi) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.



vii) Instrumentos financeiros

a) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetivo e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

b) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registados ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

c) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro passivo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida de capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações próprias são contabilizadas pelo custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas no capital próprio, líquidos dos custos de transação, não afetando o resultado do período.



d) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam imobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

viii) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existiram quaisquer provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são registadas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de ex fluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos.

A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar sejam prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o seu reconhecimento é apropriado.



ix) Regime de acréscimos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

x) Rédito

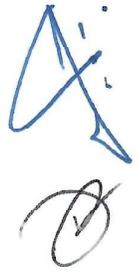
Os réditos provenientes das comissões são reconhecidos quando se verifica a prestação de contas.

xi) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinários, prémios de produtividade e assiduidade, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro de 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o referido anteriormente.



xii) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Gerência da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de elaboração das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4. Fluxos de caixa

4.1 Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes	2022	2021
Numerário	2 809,85	139,73
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	39 382,30	4 697,73
Caixa e seus equivalentes	42 192,15	4 837,46
Descobertos bancários	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	42 192,15	4 837,46

5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Durante o exercício de 2022 a Serseguro continuou a utilizar o referencial contábilístico do Regime Geral do Sistema de Normalização Contábilística. Até ao exercício de 2017 a Empresa utilizou o referencial contábilístico da Micro Entidade.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022

Ativos Fixos Tangíveis	2022						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamentos Administrativos	Outros Ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto							
Saldo inicial	25 681,67	77 045,02	-	57 501,60	39 288,50	9 676,19	209 192,98
Adições	-	-	-	27 488,00	-	-	27 488,00
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Para deitados para venda	-	-	-	-	-	-	-
De deitados para venda	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	17 406,72	-	-	17 406,72
Diferenças Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	25 681,67	77 045,02	-	67 604,88	39 288,50	9 676,19	219 286,26
Depreciações Acumuladas							
Saldo inicial	-	19 689,28	-	33 483,62	38 232,57	9 285,19	100 690,66
Depreciações do exercício	-	3 852,25	-	12 330,35	369,43	-	16 552,03
Outras Variações	-	-	-	17 406,72	391,00	391,00	17 406,72
Saldo final	-	23 541,53	-	28 408,25	38 211,00	9 676,19	99 836,97
Perdas por Imparidade Acumuladas							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial	-	19 689,28	-	33 483,62	38 232,57	9 285,19	100 690,66
Saldo final	-	23 541,53	-	28 408,25	38 211,00	9 676,19	99 836,97
Valor Líquido	25 681,67	53 503,49	-	39 186,63	1 077,50	-	119 449,29

Ativos Fixos Tangíveis	2021						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamentos Administrativos	Outros Ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto							
Saldo inicial	25 681,67	77 045,02	-	35 501,60	39 288,50	9 676,19	197 192,98
Adições	-	-	-	22 000,00	-	-	22 000,00
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Para deitados para venda	-	-	-	-	-	-	-
De deitados para venda	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	25 681,67	77 045,02	-	57 501,60	39 288,50	9 676,19	209 192,98
Depreciações Acumuladas							
Saldo inicial	-	15 837,03	-	27 564,65	37 863,14	9 072,69	90 357,51
Depreciações do exercício	-	3 852,25	-	5 996,97	369,43	212,50	10 333,15
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	19 689,28	-	33 483,62	38 232,57	9 285,19	100 690,66
Perdas por Imparidade Acumuladas							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial	-	15 837,03	-	27 564,65	37 863,14	9 072,69	90 357,51
Saldo final	-	19 689,28	-	33 483,62	38 232,57	9 285,19	100 690,66
Valor Líquido	25.681,67	57.355,74	-	24.017,98	1.055,93	391,00	108.502,32

O montante registado em Edifício e Outras construções, refere-se ao imóvel do escritório em Mem Martins.

O imóvel foi adquirido em 31 de Março de 2017 pelo valor de 77.045,02 euros o valor das amortizações acumuladas é de 23.541,53 euros ficando com o valor líquido contabilístico no valor de 53.503,49 euros. O valor do terreno subjacente é de 25.681,67 euros.

Foi efetuada uma correção dos valores de depreciação nos ativos de Equipamentos Administrativos e Outros Ativos fixos tangíveis no valor de 391,00 euros.



Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos durante as seguintes vidas úteis estimadas

Vida Útil	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 10

7. Ativos Intangíveis

Em 2018 foi desreconhecido o Ativo intangível (aquisição em 2014 de uma carteira de clientes), tendo essa correção sido tratado como uma regularização de um erro de exercícios anteriores e, desta forma regularizado por contrapartida de resultados de exercício anteriores (capital próprio), por se entender que o mesmo não cumpre e já não cumpria à diversos exercícios com os requisitos de reconhecimento de ativo nem como ativo intangível, não se tendo procedido a reexpressões das diversas rubricas das demonstrações financeiras.

Em 2022 e em 2021 não existem ativos Intangíveis

8. Estados e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Estados” apresentava a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	-	-
Retenção de imposto sobre o rendimento	-	-
Tributos das autarquias locais	-	-
Outros impostos	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	38 988,57	5 975,64
Retenção de imposto sobre o rendimento	368,00	540,75
Contribuições para a Segurança Social	3 092,22	2 843,14
Outros impostos	817,93	-
	43 266,72	9 359,53

O Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas é o valor do imposto do ano de 2022 deduzidos dos pagamentos por conta efetuados no exercício.

9. Outros Créditos a Receber – Correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica “outros créditos a receber” decompõe-se da seguinte forma:

Outras créditos a receber - correntes	2022			2021		
	Valor bruto	imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	-	-	-	231,79	-	231,79
Outros devedores e credores	132 677,59	-	132 677,59	107 327,21	-	107 327,21
Devedores diversos	-	-	-	-	-	-
Fornecedores com saldo devedor	6 953,70	-	6 953,70	3 423,72	-	3 423,72
	139 631,29	-	139 631,29	110 982,72	-	110 982,72

Foram registados pelo valor líquido e colocado em outras contas a receber os movimentos referentes a prestação de contas de seguros.



10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	2022	2021
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	-	-
Outros Gastos a reconhecer	7 965,31	1 850,35
	7 965,31	1 850,35

11. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica "financiamentos obtidos" é relativo a empréstimos bancários.

Financiamentos Obtidos	2022	2021
Financiamentos obtidos - Não Correntes	17 749,84	51 536,03
Financiamentos obtidos - Correntes	84 151,83	46 663,78
	101 901,67	98 199,81

12. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores c/c		
Gerais		
Fornecedores - gr - mercado nacional	1 017,10	814,67
Empresas associadas	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-
Outras partes relacionadas	-	-
Outros	-	-
	1 017,10	814,67

13. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica outras dívidas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras Dívidas a Pagar	2022	2021
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Financiamentos obtidos - participantes de capital	-	-
Financiamentos obtidos - subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	19 855,32	19 482,62
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Credores diversos	24 887,35	36 594,04
	44 742,67	56 076,66

14. Capital e Reservas

O capital social da empresa é de 50.000,00 euros e as reservas legais têm o valor de 9.934,98 euros.

No ano de 2021 existiu a cedência de quotas do valor nominal de 2.500,00 euros de Maria Manuela Coelho para João Paulo Miranda Coelho pelo mesmo valor.

Nos Resultados Transitados foram desreconhecidos saldos com antiguidade superior a um ano no ano de 2021 e em 2022 foi o valor da correção do IRC de 2018.

15. Rédito

Rédito derivado da prestação de serviços

Rédito dos serviços prestados	2022	2021
Prestações de Serviços Mercado Interno Comissões	655 117,06	570 964,49
Total	655 117,06	570 964,49

Companhias	Ano 2022
Zurich	193 039,50 €
Generali	174 724,59 €
Fidelidade	95 138,19 €
AGEAS (axa)	50 499,03 €
Liberty	43 173,83 €
Allianz	35 612,81 €
Outras	15 741,74 €
Victoria	12 630,17 €
Real Vida Seguro	11 106,77 €
Lusitânia	6 557,13 €
Zurich Vida	3 796,74 €
MetLife	2 084,21 €
April Portugal, SA	1 960,53 €
Intermundial XXI	1 726,26 €
Lusitânia Vida	1 548,70 €
Caravela	1 512,69 €
Prévoir-VIE	1 367,21 €
AGEAS Vida	1 066,18 €
Victoria Vida	825,84 €
Circles Group, SA	517,89 €
Una Seguros, SA	384,88 €
Mapfre	102,17 €
TOTAIS	655 117,06 €

Companhias	2021
Zurich	208 510,67
Tranquilidade/ Generali	131 446,59
Fidelidade	77 054,75
AGEAS (axa)	46 588,73
Allianz	39 220,79
Liberty	17 053,67
Real Vida Seguro	10 081,90
Victoria	8 656,45
Lusitânia	5 967,73
Circles Group, SA	5 491,27
Zurich Vida	3 321,30
April Portugal, SA	2 610,07
Intermundial XXI	2 444,98
MetLife	2 288,34
Lusitânia Vida	2 175,77
Outras	1 960,41
Caravela	1 710,07
AXA Vida	1 443,66
Prévoir-VIE	1 400,01
Una Seguros, SA	695,19
ARAG	294,72
Victoria Vida	391,32
Mapfre	156,10
TOTAIS	570 964,49

16. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decomposto:

Fornecimentos e serviços externos	2022	Fornecimentos e serviços externos	2021
Rendas e alugueres	71 870,42	Rendas e alugueres	51 749,64
Comissões	65 881,68	Comissões	50 336,01
Outros	25 931,37	Outros	15 482,85
Deslocações e estadas	11 667,99	Deslocações e estadas	13 335,13
Combustíveis	10 367,83	Combustíveis	10 358,46
Seguros	8 637,67	Trabalhos especializados	9 059,72
Trabalhos especializados	8 441,11	Conservação e reparação	8 007,63
Honorários	6 169,22	Seguros	6 463,58
Despesas de representação	4 265,34	Honorários	1 856,84
Material de escritório	4 096,53	Água	1 646,11
Comunicação	2 646,99	Despesas de representação	1 295,05
Conservação e reparação	2 312,44	Material de escritório	635,83
Água	1 452,77	Limpeza, higiene e conforto	459,48
Publicidade e propaganda	950,00	Comunicação	432,82
Limpeza, higiene e conforto	746,44	Contencioso e notariado	250,73
Contencioso e notariado	562,08	Vigilância e segurança	42,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	374,28	Publicidade e propaganda	-
Electricidade	371,86	Electricidade	-
Vigilância e segurança	86,00	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-
	226 831,82		171 401,88

Os colaboradores / sócios têm a necessidade de se deslocar pelas suas lojas e sede de clientes distribuídos pelo País de modo a dar acompanhamento aos seus clientes nessas regiões.

As lojas da Lisboa, Parede, Massamá, Almancil, Évora e de Castelo Branco, não são próprias, estando o arrendamento dos espaços a ser faturado conforme descrito abaixo.

Rendas e Alugueres	2022	2021
Escritório de Lisboa	19 200,00	18 000,00
Escritório da Parede	4 541,22	4 934,64
Escritório de Massamá	12 000,00	18 000,00
Alugueres de viaturas	-	615,00
Escritório de Almancil	10 200,00	10 200,00
Escritório de Évora	7 800,00	-
Escritório de Massamá - Avª Heróis Liberdade 31	15 203,00	-
Escritório de Castelo Branco	2 250,00	-
Alugueres de equipamentos	676,20	-
	71 870,42	51 749,64

A empresa tem um custo mensal de 150,00 euros com a sociedade de Revisores Oficiais de Contas.



17. Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	43 246,05	73 501,59
Remunerações do pessoal	175 548,16	209 334,63
Benefícios pós-emprego	-	-
Contribuição definida	-	-
Benefícios definidos	-	-
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Encargos sobre remunerações	25 344,18	29 149,02
Seguros	361,72	442,25
Gastos de acção social	-	-
Outros	10 662,00	5 359,09
	255 162,11	317 787,38

A Serseguro tem 10 trabalhadores em 2022 e em 2021 teve 10 trabalhadores.

18. Outros rendimentos

Os outros rendimentos são assim decompostos:



Outros rendimentos	2022	2021
Rendimentos suplementares	-	-
Royalties	-	-
Refacturação de despesas	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	-	-
Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)	-	-
Excesso de estimativa para impostos	-	-
Alienações de activos fixos tangíveis	2 800,00	-
Correcções relativas a períodos anteriores	764,52	298,77
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Ganhos em outros instrumentos financeiros	-	-
Restituição de impostos	-	-
Outros	-	1 499,51
Total	3 564,52	1 798,28

19. Outros gastos

Os outros gastos são assim decompostos:

Outros gastos	2022	2021
Impostos	20 549,43	16 118,08
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas Incobráveis	-	-
Gastos em investimentos não financeiros	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	7 709,02	13 512,64
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Multas Fiscais	-	126,50
Juros de Mora	-	137,22
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Perdas em instrumentos financeiros	-	-
Outros	8 293,34	13 185,75
	36 551,79	43 080,19

O valor das correcções relativas a períodos anteriores deve-se às faturas de 2021 recebidas após o fecho do exercício e que, por não serem previsíveis não foram estimadas naquele exercício e correções de saldos.



20. Impostos

O imposto para o exercício de 2022 é de 39.869,72 euros.

21. Investimentos Financeiros e Clientes

Os investimentos financeiros e os clientes são assim decompostos:

Investimentos Financeiros	2022	2021
Investimentos noutras empresas		
Participações de capital		
SGM / Lisgarante	1 050,00	1 050,00
Fundos de Compensação	3 147,56	2 876,39
	4 197,56	3 926,39

Clientes	2022	2021
Clientes c/c		
Clientes gerais		
Clientes - gr - mercado nacional	16 610,49	13 951,38
Clientes cobrança duvidosa		
CCD - clientes gerais		
CCD - Clientes - gr - mercado nacional		
Alligator	14 653,92	-
	31 264,41	13 951,38

22. Responsabilidades e garantias

No âmbito da alteração da Empresa para corretor de seguros, foi prestada uma garantia bancária por ordem da ASF através do Montepio Geral, no valor de 18.760,00 euros.



23. Divulgações de partes relacionadas

Em 2022 a Serseguro teve operações com a Entidade Invest4me, Lda, em que ambas tem em comum um sócio gerente Rui Coelho.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica partes relacionadas decompõe-se da seguinte forma:

Partes Relacionadas	2022	2021
Relações comerciais	-	-
Pagamentos/Recebimentos Outros	(15 399,89)	(12 701,71)
	(15 399,89)	(12 701,71)

Tendo como relações comerciais os seguintes movimentos:

	2022	2021
Renda Escritório de Lisboa	19 200,00	18 000,00
Renda Escritório de Massamá	12 000,00	18 000,00
Renda Escritório de Almancil	10 200,00	10 200,00
Renda Escritório de Évora	7 800,00	-
Escritório de Massamá - Avª Herois Liberdade 31	15 203,00	-
Renda Escritório de Castelo Branco	2 250,00	-
Conservação - Edifícios	-	6 282,23
	66 653,00	52 482,23

24. Subsídios à Exploração

Em 2022 a Serseguro recebeu subsídio à exploração do IAPMEI relativamente para apoio do aumento da RMN e um apoio da Segurança Social.

Subsidio à Exploração	2022	2021
Segurança Social	55,45	-
IAPMEI	224,00	-
	279,45	0,00



25. Diplomas Legais – Relato Financeiro

Norma Regulamentar 13/2020 - ASF

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Ponto 1

- a) Descrição das políticas contábilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações:

As comissões auferidas das Seguradoras são reconhecidas quando se verificam as prestações de contas.

- b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza:

O total de remunerações corresponde a comissões e são recebidas em numerário.

- c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregado por Ramo Vida e Não Vida e por origem.

Não Vida	633 105,27
Vida	22 011,79

- d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

%	Companhias
29%	Zurich
27%	Generalli

- e) Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros e de seguros a título acessório que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Conta Cliente	
Saldo Inicial 01-01- 2022	13 951,38
Saldo Final 31-12-2022	31 264,41

- f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (tomadores de seguro, empresas de seguros, outros mediadores e clientes);

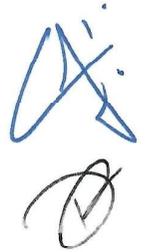
Por Entidade	Contas a receber	Contas a Pagar
Tomadores de Seguro, segurados ou beneficiár	*	*
Empresas de Seguro	*	*
Empresas de Resseguros	*	*

*Informação não disponível no sistema de gestão

- g) Indicação dos valores agregados incluídos na contas a receber e a pagar segregados por:

Por Natureza	Saldo Contabilísticos existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a Pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	*	*
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguros	*	*
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários	*	*
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar	*	*
Outras quantias com indicação da sua natureza	*	*

*Informação não disponível no sistema de gestão



- h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros, de resseguros ou de seguros a título acessório considerou na determinação dessa imparidade;

Não aplicável

- i) Informação a cerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de créditos e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor;

Não aplicável

- j) Transmissões de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício, com indicação dos valores envolvidos;

A sociedade não participou em transmissões de carteiras de seguros.

- k) Contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 55 do Regime Jurídico de Distribuição de Seguros e Resseguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela;

Não aplicável

- l) Breve descrição da natureza de obrigações materiais, incluindo passivo contingentes, e quando praticável uma estimativa do seu efeito financeiro, exceto se essa informação já se encontrar descrita noutra nota, caso em que deve ser explicitamente identificada;

Não aplicável

Ponto 2

- a) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens;

Companhias	2022	%
Zurich	193 039,50 €	29%
Generalli	174 724,59 €	27%
Fidelidade	95 138,19 €	15%
AGEAS (axa)	50 499,03 €	8%

- b) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prêmios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Não aplicável

Ponto 3

- a) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prêmios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança;

Não aplicável

- b) O valor total dos fundos que lhe foram confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

O Contabilista Certificado

A Gerência

Sereseguro - Corretor de Seguros, Lda

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2022**

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital		Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
		próprio	de capital				
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	50 000,00	-	-	8 023,02	27 892,76	29 457,56	115 373,34
Alterações no período:	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(44 555,07)	(29 457,56)	(74 012,63)
Resultados Transitados	-	-	-	-	(44 555,07)	(29 457,56)	(74 012,63)
Resultado líquido do período	-	-	1 472,88	-	27 984,68	8 781,68	38 239,24
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital no período:	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 01 Janeiro de 2022	50 000,00	-	-	9 495,90	11 322,37	8 781,68	79 599,95
Alterações no período:	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Constituição Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Transitados	-	-	-	-	(6 907,00)	(8 781,68)	(15 688,68)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(6 907,00)	(8 781,68)	(15 688,68)
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital no período:	-	-	439,08	-	8 342,60	8 1 079,00	89 860,68
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	50 000,00	-	-	9 934,98	12 757,97	8 1 079,00	153 771,95

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Contabilista Certificado

Dora Ferreira

[Assinatura]
A Gerência

[Assinatura]

Serseguro - Corretor de Seguros, Lda

Contribuinte: 507933613

Moeda: euros

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 2022

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		632 586,37	531 282,48
Pagamentos a Fornecedores		(242 881,31)	(213 199,97)
Pagamentos ao Pessoal		(130 188,56)	(189 994,16)
Caixa gerada pelas operações		259 516,50	128 088,35
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12 945,96)	(17 362,58)
Outros recebimentos/pagamentos		(181 620,75)	(125 691,72)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		64 949,79	(14 965,95)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(27 499,00)	(22 000,00)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 800,00	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		410,07	63,46
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(24 288,93)	-21 936,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		322 677,29	581 473,84
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(323 842,91)	(565 311,43)
Juros e gastos similares		(2 140,55)	(1 550,24)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		(3 306,17)	14 612,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		37 354,69	(22 290,32)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4 837,46	27 127,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	42 192,15	4 837,46

Contabilista Certificado



A Gerência

